



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A ESCOLA AMORDAÇADA DIANTE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE.

Francisco Vinicius Ferreira Gomes

Universidade Estadual da Paraíba; viniciusfergomes@hotmail.com

Resumo:

O reconhecimento da diversidade humana e o combate aos vários modos de hierarquização e precarização da vida, entre eles os de gênero e sexualidade, é um desafio que se coloca às Políticas de Educação. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as consequências da eliminação nas diretrizes educacionais das orientações que enfocam a valorização e o respeito à diversidade sexual e para a superação das desigualdades de gênero na escola. A metodologia usada é de cunho qualitativo, consistindo em pesquisa bibliográfica. Ao final podemos ponderar que as retiradas destes temas das Políticas Educacionais representam o impedimento e a imobilização da escola diante da possibilidade de construção de propostas, orientações e diretrizes eficientes para o tratamento das questões referentes à exclusão/discriminação e negação da diversidade de identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar. Reproduzindo a defesa da legitimação da heteronormatividade e contribuindo para o fracasso escolar e a exclusão daqueles sujeitos que não se enquadram nessa normatização socialmente aceita.

Palavras-chave: escola, gênero, sexualidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A criação de condições para o reconhecimento da diversidade e para o combate dos vários modos de hierarquização e precarização da vida, entre eles os de gênero e sexualidade, são desafios que se colocam às políticas de educação. (OLIVEIRA, 2014).

Uma diversidade de setores e movimentos sociais tem se mobilizado em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças, o que proporciona inúmeros debates a respeito do papel estratégico da educação para uma convivência harmoniosa com a diversidade.

A educação através da escola é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar todo e qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência. Essas questões envolvem preconceitos imbricados, na temática do gênero, da identidade de gênero, da sexualidade e da orientação sexual, e demandam a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades. (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9)

A escola é um lugar privilegiado na promoção da cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionadora das relações de poder, das hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, 2000 e 2001).

Da mesma maneira, enquanto ambiente construtor de conhecimentos e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento. (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9).

Nesse sentido, a lacuna deixada pelos PCNS, e antigo Plano Nacional de Educação dificulta a adoção de uma visão positiva sobre o outro (que passa a ser percebido como



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

diferente, desigual, inferior ou anormal), especialmente em matéria de sexualidade. Da mesma forma a permanente revisão curricular e a produção, difusão e avaliação contínua do material didático não são menos importantes para promover enfoques e conteúdos pedagogicamente mais adequados.

Sem uma referência explícita ao tema da discriminação contra pessoas homoafetivas e outras diversidades sexuais no espaço escolar, resta ao/a educador/a apenas a interpretação da necessidade ou não da inclusão do tema a partir da leitura dos objetivos, já que pode interpretá-los apenas como a necessidade de questionar as representações sociais acerca do masculino e do feminino, sem aludir a outras práticas sexuais que sejam divergentes da norma heterossexual. (OLIVEIRA, 2014).

A combinação entre sexualidade e educação é um tema que remonta aos primórdios da instituição escolar brasileira. Muitos projetos e iniciativas de educação sexual pontuaram a história da educação no Brasil e o encontro com a perspectiva de gênero sempre foi problemática (DE ASSIS CÉSAR, 2009). Esta problemática volta à tona nos últimos meses com a eliminação nas diretrizes educacionais das orientações para a valorização e respeito à diversidade sexual e para a superação das desigualdades de gênero do Plano nacional de educação e conseqüentemente de alguns Planos Municipais e Estaduais de Educação.

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), no Congresso Nacional, a questão de gênero causou polêmica e foi retirada do texto. O trecho suprimido dizia que as escolas deveriam promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual. A expectativa era que os planos estaduais e municipais avançassem no tema, no entanto isto não avançou. Em cidades como São Paulo, Curitiba, Recife, as expressões foram retiradas. Dos 13 Estados onde já foi aprovado, 8 eliminaram trechos que faziam referência à discussão de gênero, como Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Distrito Federal.

Quais os efeitos para escola e os sujeitos de tal processo? Neste trabalho procuramos refletir acerca dos efeitos que essa medida poderá acarretar para a escola e seus sujeitos. Pois já



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

é bastante sabido e discutido que no ambiente escolar, que essas formas de discriminação e desvalorização produzem sofrimentos e comprometem o aproveitamento de muitos sujeitos.

MEDOTOLOGIA

A metodologia de pesquisa foi de caráter qualitativo, tendo sido empregada o tipo pesquisa bibliográfica e abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, artigos, teses e dissertações. Todo o material pesquisado foi submetido a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura. Posteriormente foi realizada uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichamentos. Foi também realizada uma pesquisa em agências de notícias, a fim de averiguar a movimentação em torno da votação e aprovação dos planos Municipais e Estaduais de Educação.

DISCUSSÃO.

No Brasil, as pesquisas que enfocam com profundidade o impacto da discriminação de gênero e da orientação sexual na educação, embora não sejam numerosas, têm alcançado um alto grau de qualidade e respeitabilidade internacional e fornecem diagnósticos que apontam a escola brasileira como um importante espaço de reprodução de modelos particularmente autoritários, preconceituosos e discriminatórios em relação a mulheres e homossexuais, entre outros grupos. A escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco, heterossexual. (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9)

Por isso, os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO 2004 a: 27).

As políticas educacionais sobre sexualidade têm se restringido à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva. A compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas não as mencionam e, quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar.

Ao se falar em diversidade sexual é importante situar questões relativas a gênero e sexualidade no terreno dos direitos humanos. Isso favorece o reconhecimento da legitimidade de suas múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidades e práticas, bem como a promoção de políticas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades a todos os indivíduos e grupos discriminados em face de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou expressão de gênero. Nesse sentido, é preciso entender em que medida a escola brasileira se configura em um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no interior e em torno da qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT, tanto estudantes quanto profissionais da educação. (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 9).

Entre diversos estudos sobre preconceito e discriminação em estabelecimentos educacionais, a pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em uma amostra nacional de 18,5 mil estudantes, pais e mães, diretores (as), professores (as) e funcionários (as), revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%) e orientação sexual (26,1%).

Esses dados, entre outros, que são fatuais, mostram que o Brasil enfrenta graves problemas de machismo, sexismo, racismo, homofobia, discriminação e violência. Para superá-los, é preciso educar para o respeito às pessoas, indiscriminadamente. Não é censurando os Planos de Educação que vai resolver o problema, isto só vai garantir sua persistência.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na vida escolar, a heteronormatividade e o sexismo indicam que algumas vidas têm sido negadas ou diminuídas. Para pensar a representação política da vida humana é importante saber por que algumas vidas humanas são consideradas imprescindíveis e representáveis (que vivem em determinados corpos), e outras não (BUTLER, 2010). As vidas humanas, em sua vulnerabilidade constitutiva, necessitam de condições políticas para ser reconhecidas como genuinamente humanas.

A eliminação nas diretrizes educacionais das orientações que enfocam a valorização e o respeito à diversidade sexual e para a superação das desigualdades de gênero, no plano nacional de educação recém aprovado e nos planos municipais de educação, por parte do estado, representa a manutenção legitimada da retórica heteronormativa. (OLIVEIRA, 2011) Sendo assim a negação ao reconhecimento político as vidas fora dessa norma ou subalternizadas serão compreendidas aqui enquanto um ato de terrorismo político.

MARTIN-BARÓI (2003), psicólogo latino americano, denomina terrorismo político enquanto uma série de fatos extraordinários ou ordinários e cotidianos, cujas consequências têm efeitos sobre indivíduos e comunidades. As dimensões de um ato terrorista podem ser consideradas a partir de três categorias: uma refere-se a indivíduos ou grupos isolados que desencadeiam atos terroristas representando interesses especiais; uma segunda relaciona-se a uma série de eventos que podem ser vistos como extraordinários ou cotidianos; uma terceira que examina as consequências do terrorismo para os indivíduos e para as comunidades.

Nessa discussão, as reflexões deste autor me estimularam a analisar as mesmas dimensões por ele apresentadas, tomando como referência a situação com que são tratadas as questões de gênero e sexualidade na educação formal brasileira. Entendo o descaso com essas questões como um ato terrorista e por isso aqui refletio sobre suas consequências fazendo uso do referencial político apresentado por MARTIN- BARÓ I(2003).

A escola brasileira foi historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, valorizando e edificando como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco, heterossexual. Soma-se a isso, processos sociais, políticos e epistemológicos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pelos quais alguns indivíduos e grupos se tornam normalizados e outros, marginalizados (LOURO 2004b: 27).

Os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO 2004 a: 27).

Desse modo, toda e qualquer defesa da exclusão dos Planos destes temas, para os movimentos sociais que lutam fortemente para que estes temas possam se fazer presentes nas políticas educacionais, constitui a ser o fim de uma batalha política. Assistimos assim, como grande parte dos municípios e estados excluíram dos seus planos as orientações para a diversidade, negam mais uma vez as situações de preconceito que se fazem presentes no ambiente escola. Essa situação, vem a contribuir para a manutenção dos atos de discriminação que atemoriza, adocece, exclui e que paralisa, mesmo dentro de um equipamento do estado, acarreta consequências que aparece de diferentes formas, podendo gerar na um medo, paralisação e desesperança. (MARTIN, BARÓ I, 2003). Principalmente quando se relaciona a um projeto e modelo de educação que não leva em consideração essas necessidades.

Uma das primeiras consequências é o que o autor denomina “de rigidez do marco geral de referencia de vida social”- as pessoas não se sentem livres para viver, o que só faz aumentar os estereótipos sociais. Criar e manter estereótipos são um caminho para a paralisação e o conformismo – contexto especial para a dominação e a opressão. A escola está repleta de estereótipos, desse modo, os estereótipos divergentes dos padrões de sexo/gênero/sexualidade, também vão continuar se afirmar na escola, e nunca deixarão de serem estereótipos.

Uma segunda consequência e a polarização social, ou seja, a vida escolar passa a ser dirigida por esquemas morais que classificam todas as coisas, eventos e pessoas, de acordo com os esquemas e valores dominantes. A escola pode contribuir para a polarização social enquanto



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

espaço ideológico de desigualdades impregnando o discurso e as posições sociais. E enquanto a própria escola não empreender um modelo (des)naturalizador de certas concepções preconceituosas que alimentam esses estereótipos isso vai permanecer.

A vida social transforma-se em um jogo em que as pessoas têm de aparentar o que não são para serem aceitas, ou precisam aprender a decifrar como se apresentar diante dos outros para não terem problemas. Neste jogo, perde-se a originalidade, a espontaneidade, a criatividade. O fracasso dos estudantes para aprender, as formas agressivas, e mais do que isso, a incapacidade de diálogo e estudo que tonam as relações autoritárias neste espaço, que silenciam os sujeitos.

A última consequência apresentada por MARTIN-BARÓ I (2003) refere-se à desvalorização da vida humana, acarretando danos psicossociais aos sujeitos que sofrem com esses atos, quem pode ser implícitos e explícitos. A negligência social passa a ser rotina e ninguém mais se importa com o que acontece. Aqueles sujeitos são marginalizados em função de um não reconhecimento da sua identidade de gênero e orientação sexual, acarretando fortes impactos nesses sujeitos no seu processo de desenvolvimento como pessoa, e no processo educativo.

De forma análoga, olhamos para a negação das questões de gênero e sexualidade na educação brasileira, com a retirada do item que tratava da inclusão de temas como orientação sexual e gênero nos planos municipais e estaduais de alguns Estados e Municípios brasileiros, caminhando para um quadro social em que estão presentes as condições apontadas por MARTIN-BARÓ I (2003). A vida social transforma-se em um jogo em que as pessoas têm de aparentar o que não são para serem aceitas, ou precisam aprender a decifrar como se apresentar diante dos outros para não terem problemas. Neste jogo, perde-se a originalidade, a espontaneidade, a criatividade. O fracasso dos estudantes para aprender, as formas agressivas, e mais do que isso, a incapacidade de diálogo e estudo que tonam as relações autoritárias neste espaço, que silenciam os sujeitos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Defendemos, portanto, a importância da educação para a igualdade e a diversidade. Reconhecida e legitimada nas políticas de educação. Possibilitando a elaboração de um suporte de orientação a cerca da atuação de professoras/es e alunas/os, de forma que diminua o sofrimento dos indivíduos que veem o valor das suas vidas reduzido – meninas que estão sujeitas a estupro e abuso, meninas e meninos agredidos em razão de sua identidade sexual ou dos arranjos familiares de que fazem parte – e ela nos dá a esperança de que poderemos ter, nas crianças, agentes na construção de relações mais respeitadas, de uma sociedade mais igualitária.

CONCLUSÕES

Pedimos a atenção contínua das políticas educacionais em relação a ir de combate a mecanismos de representações heteronormativos, sexistas, heterossexistas, misóginos, homofóbicos.

A eliminação nos planos nacionais de educação das diretrizes de orientação sexual e gênero provoca um amordaçamento da escola frente ao reconhecimento da diversidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar. A escola fica imobilizada quanto ao reconhecimento da diversidade, de suas múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidades e práticas, bem como na promoção de práticas pedagógicas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades a todos os indivíduos e grupos discriminados em face de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou expressão de gênero.

As retóricas pedagógicas oficiais são situadas em um sistema de hierarquias de gênero sexualidade e produzem o mundo que deverá ser reconhecido como natural hegemônico e ideal. O marco epistêmico da heteronormatividade presente nos materiais didáticos do MEC reforça essa ordem. Os modos de falar e ensinar sobre o mundo presentes nesses materiais corroboram as fronteiras de gênero e sexualidade que os insultos e outros modos de violência vigiam. E, na medida em que a heteronormatividade (e o diferencialismo de gênero implicado) constitui um



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

marco epistêmico, homofobia e sexismo têm o ambiente propício para se desenvolver. (OLIVEIRA, 2011).

Quando retirado do plano nacional de educação e de alguns planos municipais de educação. A injustiça social das hierarquizações e subalternizações de gênero e sexualidade se faz acompanhar da injustiça epistêmica da heteronormatividade presente, por exemplo, nos modos de representação hegemônicos dos materiais e propostas pedagógicas e políticas educativas distribuídas pelo MEC. A episteme heteronormativa da retórica oficial dos do MEC não apresenta outros horizontes do possível (fora da ordem hétero), nem questiona as práticas excludentes e marginalizadoras das mulheres e das vidas fora da lei do gênero. (OLIVEIRA, 2011).

Ao final ressaltamos que a exclusão dos termos gênero ou orientação sexual de um plano de educação não exime o poder público municipal, estadual ou distrital, suas redes de ensino e respectivas escolas de seguirem as recomendações e normativas descritas nas diretrizes para a educação básica que incluem, sim, a abordagem destes temas e o enfrentamento a toda e qualquer forma de discriminação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Marcos de Guerra: las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia” Gender, sexuality and education: appointments toward an “epistemology”. 2009.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denilson et al. (Orgs.). Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa, 2004b.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

MARTIN-BARÓ, I. Represión política y terrorismo. Sus consecuencias psicológicas. In A. Blanco & De la Corte (Orgs.). Poder, ideología y violencia (pp. 259-285). Madrid: Trotta

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Gênero e Sexualidade na TV Escola: cartografias de um currículo. 2011. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SECAD, CADERNOS. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu Da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, 2004, 34.121: 77-104.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO